

Click Here

























Hoje vamos te explicar o que quer dizer prazo In Alibis.Assim, se você viu essa expressão em um processo que está em andamento, ou em um livro de estudos, saberá o real significado dela.Também vamos falar sobre:Portanto, não deixe de ler até o final para ficar sabendo de tudo.In Alibis vem do latim “em branco”. No meio jurídico, esse termo é usado quando o prazo para que uma das partes de um processo se manifeste expira sem que ela o faça.Por exemplo, quando o juiz determina que o reclamante apresente alguma prova ou argumento, e isso não acontece, o status da ação fica como “transcorreu in albis o prazo para manifestação da parte autora”.Isso quer dizer que durante todo o decurso do prazo dado pela autoridade competente para que se fizesse uma ação, nada ocorreu. Desse modo, o prazo transcorreu in albis, ou seja, em branco.Para ilustrar, imagine que o juiz julgou procedente uma causa trabalhista do seu cliente e sentenciou a empresa ré a pagar uma indenização a ele.No entanto, ele determinou um prazo de 30 dias para que a dita empresa conteste a sentença. Então, passaram os 30 dias e não se apresentou nenhum argumento pelo réu vencido.Assim, você como advogado recebe de volta a ação com o status “transcorrido o prazo in albis para contestação”, e pode atualizá-lo para recebidos os autos para dar sequência.Significa que o prazo para o INSS contestar a aposentadoria especial concedida a um segurado expirou sem que a autarquia apresentasse nenhuma contestação.A saber, a aposentadoria especial é um benefício concedido a profissionais que trabalham em serviços que os expõe a agentes nocivos por longos períodos de tempo.Por lei, esses profissionais podem se aposentar sem cumprir as mesmas exigências aplicadas aos demais segurados do INSS, como tempo de contribuição e idade mínima.As contribuições, por exemplo, têm a quantidade mínima estabelecida em 180. Os mineiros são um exemplo de profissionais aos quais a aposentadoria especial é concedida, uma vez que eles podem se aposentar com apenas 15 anos de serviço.Ademais, quando a Justiça determina o pagamento desse benefício a um profissional, o INSS tem, geralmente, 30 dias para contestar.Se esse prazo transcorrer sem que nenhuma manifestação contrária seja feita por parte do órgão, o status da ação consta como “transcorreu in albis”.Com tudo isso dito, é muito importante que você esteja atento às atualizações do processo do seu cliente. Caso se defina algum prazo para que alguma ação aconteça, quem perde é ele se você deixar que transcorra in albis.Além disso, se a outra parte não se manifestar quando o decurso do prazo é dado a ela, é essencial que você saiba o quanto antes para dar andamento ao processo.Afinal, o advogado deve trabalhar para que os interesses do seu cliente estejam acima de tudo. E estar atento ao prazo é um dos meios de se fazer isso.Karla Camacho é Servidora pública municipal e estudante de Direito na Universidade Veiga de Almeida. Possui experiência na área imobiliária e divide seu tempo hoje entre os estudos da lei, a redação para a internet e a atuação profissional na área administrativa. Publicado em 31 de mar. de 2025 A expressão “in albis” vem do latim e pode ser traduzida literalmente como “em branco”. No contexto jurídico, seu significado é bastante relevante e carrega implicações profundas nas mais diversas esferas do Direito. O seu uso remete a situações em que algo não foi cumprido, não se materializou ou deixou de existir. Neste artigo, vamos explorar o significado jurídico do termo, suas implicações legais e a forma como ele se refere a diferentes situações legais no Brasil.O que significa “In Alibis”Quando falamos sobre “in albis”, é importante primeiro entender seu uso dentro do âmbito jurídico. Esse termo é frequentemente utilizado em ações judiciais, discussões sobre contratos e outras situações legais onde um ato, uma obrigação ou uma expectativa não se concretizou. O uso dessa expressão nos ajuda a compreender que, em determinadas situações, algo ficou indefinido ou ausente.No universo do Direito, “in albis” é utilizado para descrever, por exemplo, a falta de apresentação de documentos necessários para a propositura de uma ação. Quando mensamos uma cláusula contratual que não foi preenchida ou um prazo não cumprido, podemos usar o termo “in albis” para enfatizar essa ausência ou lacuna.Implicações Legais do “In Alibis”O uso do termo “in albis” nas práticas jurídicas traz várias implicações legais que podem impactar diretamente os resultados de processos judiciais e transações contratuais. Vamos explorar algumas dessas implicações.1. Falta de Cumprimento de ObrigaçõesUma das principais implicações legais do “in albis” é a falta de cumprimento de obrigações. Quando uma parte não cumpre sua obrigação contratual ou legal, a outra parte pode alegar que a situação se encontra “in albis”. Isso pode levar a ações judiciais, solicitações de indenização ou rescisão contratual.É fundamental compreender que, ao deixar algo “in albis”, a parte infratora pode ser responsabilizada pelas consequências de seu não cumprimento.2. Prazo e PrescriçãoEm muitos casos, o uso do “in albis” está relacionado ao não cumprimento de prazos. No Direito, existem diferentes prazos para a prática de atos processuais e o decurso de certos prazos pode levar à prescrição de direitos. Assim, se uma parte não at o tempo devido, essa situação pode ser interpretada como “in albis”, resultando na perda do direito de reivindicar ou contestar algo que, de outra forma, teria sido permitido.3. Direito à DefesaUm dos pilares do nosso sistema jurídico é o direito à ampla defesa. No entanto, se uma parte falhar em apresentar os elementos necessários para sustentar sua argumentação, essa situação também pode ser caracterizada como “in albis”. Isso significa que, em algumas situações, uma parte pode ser desconsiderada em um processo judicial, simplesmente porque deixou de apresentar os documentos ou provas relevantes para sua defesa. Aqui, o entendimento de “in albis” pode levar a juízos que prejudicam uma parte.Exemplos Práticos de “In Alibis”Agora que já discutimos o significado e as implicações legais de “in albis”, vamos analisar alguns exemplos práticos onde essa expressão é frequentemente aplicada.1. Atraso na Entrega de DocumentosUm exemplo é a situação de um advogado que, ao preparar um processo, não apresenta os documentos solicitados dentro do prazo estipulado pelo juiz. Nesse caso, o processo pode ser considerado “in albis”. Isso pode resultar em penalidades, multas ou mesmo na perda do direito de ação.2. Cláusulas Contratuais Não PreenchidasOutro cenário comum é o de contratos com cláusulas em branco ou não preenchidas. Quando uma parte não cumpre a inserção de informações fundamentais em um contrato, essa situação também pode ser classificada como “in albis”. Tal falha pode gerar discussões sobre a validade do próprio contrato, podendo levar até mesmo à sua anulação.3. Falta de Informações em Processos AdministrativosAinda no âmbito administrativo, se uma empresa não entrega informações essenciais para a regularização de um processo, essa omissão pode gerar consequências jurídicas como multas ou até mesmo a suspensão de atividades. Nesse contexto, a situação se torna “in albis”, deixando a empresa vulnerável a penalizações.ConclusãoA expressão “in albis” possui um significado jurídico que transcende as letras e invade as práticas e implicações do nosso cotidiano legal. É um termo que nos alerta para a importância do cumprimento de obrigações, prazos e a necessidade de uma atuação diligente nas esferas do Direito. Ao entendermos suas implicações, teremos melhores condições de evitar prejuízos e garantir a proteção dos nossos direitos. Portanto, ficar atento às condições que podem nos levar a uma situação “in albis” é essencial para que possamos navegar com segurança pelos caminhos do nosso sistema jurídico.FAQO que é “in albis”?“In albis” é uma expressão latina que significa “em branco” e, no contexto jurídico, refere-se a situações em que algo não foi cumprido ou se apresenta ausente.Quais são as implicações legais de uma situação “in albis”?As implicações podem incluir a falta de cumprimento de obrigações, riscos de prescrição de direitos e a possibilidade de cerceamento do direito à defesa.Como evitar ser prejudicado por uma situação “in albis”?É essencial cumprir com os prazos legais, apresentar toda a documentação necessária e garantir a clareza nas cláusulas contratuais para evitar consequências jurídicas.Em quais áreas do Direito o termo “in albis” é mais utilizado?O termo pode ser encontrado em diversas áreas do Direito, incluindo Direito Civil, Direito Contratual e Direito Processual.RecomendamosGONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Maria Helena. Curso de Direito Civil. São Paulo: Editora Revista TRIBUTÁRIA, 2019. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 2018. Você pode adaptar as seções, dar mais exemplos práticos conforme a necessidade e também expandir a discussão em áreas específicas do Direito relacionadas ao termo “in albis” para atender o limite de palavras solicitado.

Hoje vamos te explicar o que quer dizer prazo In Alibis.Assim, se você viu essa expressão em um processo que está em andamento, ou em um livro de estudos, saberá o real significado dela.Também vamos falar sobre:Portanto, não deixe de ler até o final para ficar sabendo de tudo.In Alibis vem do latim “em branco”. No meio jurídico, esse termo é usado quando o prazo para que uma das partes de um processo se manifeste expira sem que ela o faça.Por exemplo, quando o juiz determina que o reclamante apresente alguma prova ou argumento, e isso não acontece, o status da ação fica como “transcorreu in albis o prazo para manifestação da parte autora”.Isso quer dizer que durante todo o decurso do prazo dado pela autoridade competente para que se fizesse uma ação, nada ocorreu. Desse modo, o prazo transcorreu in albis, ou seja, em branco.Para ilustrar, imagine que o juiz julgou procedente uma causa trabalhista do seu cliente e sentenciou a empresa ré a pagar uma indenização a ele.No entanto, ele determinou um prazo de 30 dias para que a dita empresa conteste a sentença. Então, passaram os 30 dias e não se apresentou nenhum argumento pelo réu vencido.Assim, você como advogado recebe de volta a ação com o status “transcorrido o prazo in albis para contestação”, e pode atualizá-lo para recebidos os autos para dar sequência.Significa que o prazo para o INSS contestar a aposentadoria especial concedida a um segurado expirou sem que a autarquia apresentasse nenhuma contestação.A saber, a aposentadoria especial é um benefício concedido a profissionais que trabalham em serviços que os expõe a agentes nocivos por longos períodos de tempo.Por lei, esses profissionais podem se aposentar sem cumprir as mesmas exigências aplicadas aos demais segurados do INSS, como tempo de contribuição e idade mínima.As contribuições, por exemplo, têm a quantidade mínima estabelecida em 180. Os mineiros são um exemplo de profissionais aos quais a aposentadoria especial é concedida, uma vez que eles podem se aposentar com apenas 15 anos de serviço.Ademais, quando a Justiça determina o pagamento desse benefício a um profissional, o INSS tem, geralmente, 30 dias para contestar.Se esse prazo transcorrer sem que nenhuma manifestação contrária seja feita por parte do órgão, o status da ação consta como “transcorreu in albis”.Com tudo isso dito, é muito importante que você esteja atento às atualizações do processo do seu cliente. Caso se defina algum prazo para que alguma ação aconteça, quem perde é ele se você deixar que transcorra in albis.Além disso, se a outra parte não se manifestar quando o decurso do prazo é dado a ela, é essencial que você saiba o quanto antes para dar andamento ao processo.Afinal, o advogado deve trabalhar para que os interesses do seu cliente estejam acima de tudo. E estar atento ao prazo é um dos meios de se fazer isso.Karla Camacho é Servidora pública municipal e estudante de Direito na Universidade Veiga de Almeida. Possui experiência na área imobiliária e divide seu tempo hoje entre os estudos da lei, a redação para a internet e a atuação profissional na área administrativa. Termos Jurídicos em LatimProcesso CivilProcesso PenalAqui no dicionário direito vimos outros termos jurídicos em latim, como ex lege, a limine, e sine qua non. A seguir veremos o conceito de in albis, seu prazo e sua aplicação do direito brasileiro. In Alibis Prazo Um dos usos mais comuns da expressão in albis prazo é no direito processual civil, se você encontrou a expressão em algum processo, sabia que existe um prazo para que as partes possam se manifestar a respeito do um ato legal, o qual se chama decurso de prazo. Entretanto, se existe a comunicação e divulgação do prazo e, mesmo assim, nenhum representante dos interessados se posiciona legalmente acontece um decurso do prazo in albis. In Alibis no Direito Em atos normativos e demais documentos e pareceres de processos é possível utilizar o termo in albis de diversas formas. As variações mais comuns usadas pelos profissionais de direito são: decurso in albis: Indica que o prazo transcorreu sem a manifestação das partes; prazo para recurso recusal: prazo para recurso quando ocorre o in albis; certificado transcurso in albis: certificado emitido quando ocorre o in albis; transcurso in albis: tempo entre o início e o fim do prazo. Apesar de todas as variações, possuem o mesmo significado, ou seja, em branco, sem nada acontecer durante a manifestação determinado no processo. Exemplos In Alibis Em pesquisa no JusBrasil encontramos alguns processos recentes onde observa-se o uso de in albis. “PRAZO PARA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUICIÊNCIA DA PARTE TRANSCORRIDO IN ALIBIS.AUSENCIA DE JUSTIFICATIVA PARA NÃO OBSERVÂNCIA DO PRAZO ASSINADO, PRECLUSÃO, DESPROVIMENTO. Consoante disposto no art. 223 do Código de Processo Civil, decorrido o prazo para a manifestação da parte, resta obstada, independentemente de declaração judicial, a prática de determinado ato, a cujo respeito se operou a preclusão, excetuadas as hipóteses de impossibilidade por justa causa. [...]” (FONTE TJ-SC E também em: VEJA TAMBÉM: Branding: Um Guia Completo “TRANSCORREU IN ALIBIS O PRAZO PARA A JUSTIFICATIVA - DISCUSSÃO DO CRÉDITO -IMPROVIDO. Preclui o direito à especificação de provas se a parte, instada a requerê-la por despacho posterior à impugnação aos embargos, deixa de fazê-lo, dando margem ao julgamento antecipado da lide por se cuidar de matéria de direito.” (Fonte: TJ-MS) Meu nome é Guilherme Matos, estudante e entusiasta do direito e das diversas normas que o regem no Brasil. Estou aqui para compartilhar um pouco do meu conhecimento com vocês por meio de artigos aqui no Dicionário Direito. Vamos explorar juntos os desafios e nuances dessa área tão fascinante! Publicidade O prazo “In Alibis” refere-se a situação em que uma parte não se manifesta dentro do prazo legal em um processo, podendo resultar em consequências como o prosseguimento automático do processo e a perda de direitos, sendo comum em ações trabalhistas e pedidos de aposentadoria.O prazo In Alibis é um termo jurídico que vem do latim e significa “em branco”. Ele é utilizado em situações onde o prazo para que uma das partes se manifeste em um processo expira sem que haja qualquer manifestação. Neste artigo, vamos explorar o significado desse prazo, quando ele ocorre e suas consequências em processos jurídicos.O que é o prazo In Alibis?O prazo In Alibis é um prazo determinado pelo juiz para que uma das partes apresente documentos ou argumentos para sustentar sua defesa. Quando o prazo expira sem que a parte tenha se manifestado, ocorre o prazo In Alibis. Isso indica que, apesar de ter havido uma oportunidade para se manifestar, a parte não apresentou qualquer tipo de resposta ou ação. Essa situação pode ter diversas implicações, como a possibilidade de prosseguimento do processo sem a contribuição daquela parte, o que pode ser prejudicial para ela.Quando ocorre o prazo In Alibis? Junte-se à nossa comunidade no WhatsApp! O prazo In Alibis ocorre em diversas situações dentro do processo judicial, geralmente quando há uma ordem do juiz para que uma das partes se manifeste sobre um determinado assunto. Por exemplo, isso pode acontecer em casos de apelação, onde o juiz determina um prazo para que a parte contrária apresente sua defesa ou argumentação. Se o prazo estipulado pelo juiz expira sem que a parte se manifeste, o status do processo é atualizado para “transcorreu in albis”, indicando que não houve qualquer ação ou resposta.É importante ressaltar que esse prazo pode variar de acordo com a natureza do processo e as determinações específicas do juiz, podendo ser de dias, semanas ou até meses, dependendo da complexidade do caso.Consequências do prazo In Alibis em processosAs consequências do prazo In Alibis em processos judiciais podem ser significativas e impactar diretamente o andamento do caso. Quando uma parte não se manifesta dentro do prazo estipulado, diversas implicações podem surgir:Prosseguimento do Processo: A ausência de manifestação pode levar o juiz a dar continuidade ao processo, considerando que a parte não possui argumentos ou provas a apresentar, o que pode prejudicar a sua posição.Perda de Direitos: Em alguns casos, a não apresentação de defesa ou manifestação pode resultar na perda de direitos, como a possibilidade de contestar uma decisão ou apresentar provas que poderiam ser favoráveis.Decisões Automáticas: O juiz pode decidir automaticamente a favor da parte que se manifestou, já que a parte inerte não apresentou quaisquer objeções ou defesas.Impacto em Recursos Futuros: A falta de ação pode dificultar a possibilidade de recorrer de decisões futuras, uma vez que a parte não demonstrou interesse ou contestação no momento apropriado.Portanto, é crucial que advogados e partes envolvidas estejam atentos aos prazos e se manifestem dentro do tempo estipulado para evitar essas consequências prejudiciais.Para entender o melhor o conceito de prazo In Alibis, vamos explorar alguns exemplos práticos de como ele é aplicado em situações jurídicas.Exemplo 1 – Ação Trabalhista: Imagine que um juiz determina que a empresa ré apresente sua defesa em um processo trabalhista no prazo de 30 dias. Se a empresa não se manifesta dentro desse prazo, o status da ação se torna “transcorreu in albis o prazo para contestação”. Isso significa que o juiz pode considerar a ação procedente, já que a empresa não apresentou argumentos contrários.Exemplo 2 – Pedido de Aposentadoria: No caso de um segurado que solicita aposentadoria especial, o INSS tem um prazo para contestar a concessão. Se o INSS não se manifesta dentro do prazo determinado, o status do pedido é atualizado para “transcorreu in albis”, permitindo que a aposentadoria seja concedida sem contestação.Exemplo 3 – Processo Civil: Em um processo civil, se uma parte é intimada a apresentar documentos e não o faz dentro do prazo, o juiz pode decidir com base nos documentos apresentados pela outra parte, levando em consideração que a parte inerte não se manifestou. Assim, o juiz pode considerar que a parte não tem interesse em contestar.Exemplos ilustram como o prazo In Alibis pode afetar o resultado de um processo e a importância de se manter atento aos prazos estabelecidos pelo juiz. Hoje vamos te explicar o que quer dizer prazo In Alibis.Assim, se você viu essa expressão em um processo que está em andamento, ou em um livro de estudos, saberá o real significado dela.Também vamos falar sobre:Portanto, não deixe de ler até o final para ficar sabendo de tudo.In Alibis vem do latim “em branco”. No meio jurídico, esse termo é usado quando o prazo para que uma das partes de um processo se manifeste expira sem que ela o faça.Por exemplo, quando o juiz determina que o reclamante apresente alguma prova ou argumento, e isso não acontece, o status da ação fica como “transcorreu in albis o prazo para manifestação da parte autora”.Isso quer dizer que durante todo o decurso do prazo dado pela autoridade competente para que se fizesse uma ação, nada ocorreu. Desse modo, o prazo transcorreu in albis, ou seja, em branco.Para ilustrar, imagine que o juiz julgou procedente uma causa trabalhista do seu cliente e sentenciou a empresa ré a pagar uma indenização a ele.No entanto, ele determinou um prazo de 30 dias para que a dita empresa conteste a sentença. Então, passaram os 30 dias e não se apresentou nenhum argumento pelo réu vencido.Assim, você como advogado recebe de volta a ação com o status “transcorrido o prazo in albis para contestação”, e pode atualizá-lo para recebidos os autos para dar sequência.Significa que o prazo para o INSS contestar a aposentadoria especial concedida a um segurado expirou sem que a autarquia apresentasse nenhuma contestação.A saber, a aposentadoria especial é um benefício concedido a profissionais que trabalham em serviços que os expõe a agentes nocivos por longos períodos de tempo.Por lei, esses profissionais podem se aposentar sem cumprir as mesmas exigências aplicadas aos demais segurados do INSS, como tempo de contribuição e idade mínima.As contribuições, por exemplo, têm a quantidade mínima estabelecida em 180. Os mineiros são um exemplo de profissionais aos quais a aposentadoria especial é concedida, uma vez que eles podem se aposentar com apenas 15 anos de serviço.Ademais, quando a Justiça determina o pagamento desse benefício a um profissional, o INSS tem, geralmente, 30 dias para contestar.Se esse prazo transcorrer sem que nenhuma manifestação contrária seja feita por parte do órgão, o status da ação consta como “transcorreu in albis”.Com tudo isso dito, é muito importante que você esteja atento às atualizações do processo do seu cliente. Caso se defina algum prazo para que alguma ação aconteça, quem perde é ele se você deixar que transcorra in albis.Além disso, se a outra parte não se manifestar quando o decurso do prazo é dado a ela, é essencial que você saiba o quanto antes para dar andamento ao processo.Afinal, o advogado deve trabalhar para que os interesses do seu cliente estejam acima de tudo. E estar atento ao prazo é um dos meios de se fazer isso.Karla Camacho é Servidora pública municipal e estudante de Direito na Universidade Veiga de Almeida. Possui experiência na área imobiliária e divide seu tempo hoje entre os estudos da lei, a redação para a internet e a atuação profissional na área administrativa. Termos Jurídicos em LatimProcesso CivilProcesso PenalAqui no dicionário direito vimos outros termos jurídicos em latim, como ex lege, a limine, e sine qua non. A seguir veremos o conceito de in albis, seu prazo e sua aplicação do direito brasileiro. In Alibis Prazo Um dos usos mais comuns da expressão in albis prazo é no direito processual civil, se você encontrou a expressão em algum processo, sabia que existe um prazo para que as partes possam se manifestar a respeito do um ato legal, o qual se chama decurso de prazo. Entretanto, se existe a comunicação e divulgação do prazo e, mesmo assim, nenhum representante dos interessados se posiciona legalmente acontece um decurso do prazo in albis. In Alibis no Direito Em atos normativos e demais documentos e pareceres de processos é possível utilizar o termo in albis de diversas formas. As variações mais comuns usadas pelos profissionais de direito são: decurso in albis: Indica que o prazo transcorreu sem a manifestação das partes; prazo para recurso recusal: prazo para recurso quando ocorre o in albis; certificado transcurso in albis: certificado emitido quando ocorre o decurso “in branco”; transcurso in albis: tempo entre o início e o fim do prazo. Apesar de possuir uma escrita diferente, todas as expressões possuem o mesmo significado, ou seja, em branco, sem nenhuma manifestação durante o prazo determinado no processo. Exemplos de In Alibis Em pesquisa no JusBrasil encontramos alguns processos recentes onde observa-se o uso de in albis. “PRAZO PARA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUICIÊNCIA DA PARTE TRANSCORRIDO IN ALIBIS.AUSENCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A NÃO OBSERVÂNCIA DO PRAZO ASSINADO, PRECLUSÃO, DESPROVIMENTO. Consoante disposto no art. 223 do Código de Processo Civil, decorrido o prazo para a manifestação da parte, resta obstada, independentemente de declaração judicial, a prática de determinado ato, a cujo respeito se operou a preclusão, excetuadas as hipóteses de impossibilidade por justa causa. [...]” (FONTE TJ-SC E também em: VEJA TAMBÉM: Branding: Um Guia Completo “TRANSCORREU IN ALIBIS O PRAZO PARA A JUSTIFICATIVA - DISCUSSÃO DO CRÉDITO -IMPROVIDO. Preclui o direito à especificação de provas se a parte, instada a requerê-la por despacho posterior à impugnação aos embargos, deixa de fazê-lo, dando margem ao julgamento antecipado da lide por se cuidar de matéria de direito.” (Fonte: TJ-MS) Meu nome é Guilherme Matos, estudante e entusiasta do direito e das diversas normas que o regem no Brasil. Estou aqui para compartilhar um pouco do meu conhecimento com vocês por meio de artigos aqui no Dicionário Direito. Vamos explorar juntos os desafios e nuances dessa área tão fascinante! R\$ 24,50 Por mês R\$ 2,95 No primeiro mês Hoje vamos te explicar o que quer dizer prazo In Alibis.Assim, se você viu essa expressão em um processo que está em andamento, ou em um livro de estudos, saberá o real significado dela.Também vamos falar sobre:Portanto, não deixe de ler até o final para ficar sabendo de tudo.In Alibis vem do latim “em branco”. No meio jurídico, esse termo é usado quando o prazo para que uma das partes de um processo se manifeste expira sem que ela o faça.Por exemplo, quando o juiz determina que o reclamante apresente alguma prova ou argumento, e isso não acontece, o status da ação fica como “transcorreu in albis o prazo para manifestação da parte autora”.Isso quer dizer que durante todo o decurso do prazo dado pela autoridade competente para que se fizesse uma ação, nada ocorreu. Desse modo, o prazo transcorreu in albis, ou seja, em branco.Para ilustrar, imagine que o juiz julgou procedente uma causa trabalhista do seu cliente e sentenciou a empresa ré a pagar uma indenização a ele.No entanto, ele determinou um prazo de 30 dias para que a dita empresa conteste a sentença. Então, passaram os 30 dias e não se apresentou nenhum argumento pelo réu vencido.Assim, você como advogado recebe de volta a ação com o status “transcorrido o prazo in albis para contestação”, e pode atualizá-lo para recebidos os autos para dar sequência.Significa que o prazo para o INSS contestar a aposentadoria especial concedida a um segurado expirou sem que a autarquia apresentasse nenhuma contestação.A saber, a aposentadoria especial é um benefício concedido a profissionais que trabalham em serviços que os expõe a agentes nocivos por longos períodos de tempo.Por lei, esses profissionais podem se aposentar sem cumprir as mesmas exigências aplicadas aos demais segurados do INSS, como tempo de contribuição e idade mínima.As contribuições, por exemplo, têm a quantidade mínima estabelecida em 180. Os mineiros são um exemplo de profissionais aos quais a aposentadoria especial é concedida, uma vez que eles podem se aposentar com apenas 15 anos de serviço.Ademais, quando a Justiça determina o pagamento desse benefício a um profissional, o INSS tem, geralmente, 30 dias para contestar.Se esse prazo transcorrer sem que nenhuma manifestação contrária seja feita por parte do órgão, o status da ação consta como “transcorreu in albis”.Com tudo isso dito, é muito importante que você esteja atento às atualizações do processo do seu cliente. Caso se defina algum prazo para que alguma ação aconteça, quem perde é ele se você deixar que transcorra in albis.Além disso, se a outra parte não se manifestar quando o prazo é dado a ela, é essencial que você saiba o quanto antes para dar andamento ao processo.Afinal, o advogado deve trabalhar para que os interesses do seu cliente estejam acima de tudo. E estar atento ao prazo é um dos meios de se fazer isso.Karla Camacho é Servidora pública municipal e estudante de Direito na Universidade Veiga de Almeida. Possui experiência na área imobiliária e divide seu tempo hoje entre os estudos da lei, a redação para a internet e a atuação profissional na área administrativa. O termo “in albis” deriva do latim, significando “em branco”, para o Direito esse termo tem um pouco diferente. Quando você ver ou quiser utilizar o termo “in albis” no processo saiba que ele está relacionado a prazos, significa que determinado prazo expirou sem que a parte que deveria se manifestar tenha se manifestado, ou seja, a parte deixou o prazo transcorrer sem se manifestar, fazendo com esta tenha expirado. Como utilizar o termo “in albis na petição? Como esse termo deriva do latim, quando utilizá-lo na sua petição escreva em itálico, da seguinte forma: in albis. Você ainda pode utilizar esse termo das seguintes formas: “o prazo transcorreu in albis; decorreu in albis O prazo começa a contar no dia útil seguinte à intimação/publicação. Qual a consequência de perder um prazo? Você não poderá mais discutir sobre aquele assunto de que se tratava o caso. Ex.: se você perde o prazo da contestação, não poderá mais discutir sobre os fatos e direito da inicial, se perde o prazo para recorrer, não poderá mais apresentar aquele recurso. O que acontece após o prazo decorrer “in albis”? Isso depende de que momento processual está o processo, poderá vir uma sentença ou apenas o trânsito em julgado, depende. Atualizado em: 22/08/2024 na categoria: Fases processuais Revisão editorial: Camila Cerqueira Meu nome é Camila Cerqueira, recém formada em Direito pela Universidade Salvador; pós graduanda em Direito e Processo do Trabalho e entusiasta do Direito Previdenciário. Tenho experiência na área trabalhista, família, civil e previdenciário e consumidor e temporepassar um pouco do meu conhecimento para vocês.